

PORTARIA CRESS Nº. 016, de 02 de julho de 2019.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no acompanhamento e fiscalização de execução dos contratos firmados no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social 25ª Região e revoga a Portaria Cress nº 004, de 08 de fevereiro de 2019.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 25ª REGIÃO TO, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

Considerando o disposto no Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as funcionárias, abaixo relacionadas, como Fiscal de Contrato, para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular	Simone Gustmann de Oliveira
Contrato	Nº 003/2017
Contratado	Marineide Luiza da Silva de Moraes - ME
Objeto	Limpeza e conservação predial.

Fiscal Titular	Simone Gustmann de Oliveira
Contrato	Nº 003/2019
Contratado	LIMA E LINDERBERG MANUT. E CONSTRUÇÕES LTDA
Objeto	Manutenção e reparos predial.

Fiscal Titular	Simone Gustmann de Oliveira
Contrato	008/2014
Contratado	Gizelson Monteiro de Moura
Objeto	Assessoria Contábil

Fiscal Titular	Simone Gustmann de Oliveira
Contrato	005/2019
Contratado	Adhora Arquitetura Eireli
Objeto	Serviços de Arquitetura

Fiscal Titular	Sandra Maria Ribeiro Leitão
Contrato	006/2019
Contratado	Gráfica e Editora Capital LTDA-EPP
Objeto	Impressões Gráficas

Fiscal Titular	Simone Gustmann de Oliveira
Contrato	012/2019
Contratado	Ilze Scalabrine Dias Diniz – Rocha e Rosch LTDA
Objeto	Material de limpeza, copa e cozinha.

Fiscal Titular	Simone Gustmann de Oliveira
Contrato	
Contratado	Francisco Alberto T. Albuquerque
Objeto	Locação Predial da sede do Cress

Fiscal Titular	Sandra Maria Ribeiro Leitão
Contrato	028/2017
Contratado	Luiz Cordeiro
Objeto	Serviço de Taxi

Fiscal Titular	Verônica de Sena Grutt
Contrato	Nº 478.99/17-1
Contratado	Unimed
Objeto	Plano de Saúde

Fiscal Titular	Simone Gustmann de Oliveira
Contrato	026/2017
Contratado	Voar Turismo Eireli –EPP
Objeto	Passagens aéreas e terrestres

Fiscal Titular	Renata Rafela Costa Lopes
Contrato	025/2017
Contratado	Wesley Rodrigues
Objeto	Serviço de Website

Fiscal Titular	Josiana Rodrigues
Fiscal Suplente	Sandra Maria Ribeiro Leitão
Contrato	001/2018
Contratado	Oliveira e Andrade Ltda
Objeto	Locação de veículo intermunicipal

Fiscal Titular	Verônica de Sena Grutt
Contrato	008/2018
Contratado	Org Segurança eletrônica Ltda
Objeto	Monitoramento eletrônico de alarme

Fiscal Titular	Simone Gustmann de Oliveira
Contrato	022/2019

Contratado	Felix Alves Costa
Objeto	Serviço de Buffet

Fiscal Titular	Verônica de Sena Grutt
Contrato	022/2018
Contratado	Ailton Gomes Rabelo Diniz
Objeto	Manutenção de ar condicionados

Fiscal Titular	Simone Gustmann de Oliveira
Contrato	030/2018
Contratado	Hugo Moura
Objeto	Assessoria Juridica

Fiscal Titular	Simone Gustmann de Oliveira
Contrato	041/2018
Contratado	Implanta Informática
Objeto	Sistema Operacional

Art. 2º - Os Fiscais de Contrato serão responsáveis para representar o Conselho Regional de Serviço Social 25ª Região operante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização, controle e aceite, devendo ainda:

- I) Ler minuciosamente o contrato, convênio ou termo de cooperação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- II) Verificar se o contrato, convênio ou termo de cooperação atende as formalidades legais, especialmente no que se refere à qualificação e identificação completa dos contratados, convenientes ou partícipes;

- III) Exigir somente o que for previsto no contrato. Qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes.
- IV) Esclarecer dúvidas do preposto/ representante da Contratada que estiverem sob sua alçada, encaminhando problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- V) Notificar a contratada, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo, etc.). Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando as que fugirem a sua competência;
- VI) Verificar se o cronograma físico-financeiro das obras e serviços ou a aquisição de materiais e equipamentos se desenvolvem de acordo com a respectiva Ordem de Serviço, Nota de Empenho e com o estabelecido no Instrumento firmado;
- VII) Verificar articulação entre as etapas, de modo que os objetivos sejam atingidos;
- VIII) Certificar a execução de etapa de obras ou serviços e o recebimento de aquisições e equipamentos, mediante emissão de Atestado de Execução e termo circunstanciado;
- IX) Atestar a conclusão das etapas ajustadas;
- X) Receber obras e serviços, no caso de contrato, podendo, caso necessário, solicitar o acompanhamento do setor responsável.
- XI) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- XII) Receber e encaminhar as faturas, devidamente atestadas, ao setor financeiro, observado se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período.


Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição.

- a) Na hipótese de atestação dos serviços ser servidor lotado na sede da prestação do serviço, a fatura será encaminhada juntamente com o documento de atestação, assinado pelo servidor designado para tal finalidade. Nessa hipótese, haverá gestão compartilhada do contrato (caso da terceirização de serviços de limpeza e vigilância, por exemplo).
- XIII) Prestar as informações necessárias sobre o andamento das etapas ao setor demandante do(s) bem(s) ou serviço(s) ao qual o contrato, convênio ou termo de cooperação esteja vinculado.
- XIV) Dar ciências à área demandante:
 - a) Ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado, conveniente ou partícipe;
 - b) Alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto.
- XV) Procurar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;
- XVI) Deverá, ainda, o final de contrato, de convênio ou termo de cooperação comunicar ao Controle Interno e ao Setor Jurídico, bem irregularidades que não tenham sido sanadas tempestivamente ou a contento.

Art. 3º - Esta **PORTARIA** entrará em vigor, na data de sua assinatura.

Palmas, 02 de julho de 2019.

Dê-se ciência.



ELIANE CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA
A.S. 0240- CRESS 25ª Região TO
Conselheira Presidente